

A IRRELIGIÃO FILOSÓFICA NA PROVÍNCIA
VISTA DO SANTO OFÍCIO
PELOS FINS DO SÉCULO XVIII

(Tentativa de exemplificação)

por Luís A. de Oliveira Ramos

O Regimento de 1774, publicado por Pombal, seculariza a Inquisição, coloca-a na dependência da Coroa, formula um violento requisitório contra os jesuítas, ataca o sigilismo e testemunha mudanças de vulto no aspecto penal.

Daí para o futuro o Santo Ofício não organiza autos de fé públicos, os bens confiscados aos réus entram no tesouro público, carece de beneplácito régio a aplicação de penas capitais, o processo ordinário e os meios de defesa dos acusados melhoram, é-lhes dado a conhecer o nome dos denunciantes, a tortura aplica-se em casos extremos devidamente discriminados, não recai infâmia sobre os detidos e acusados e sobre os descendentes dos penitenciados, os réus podem entrar em contacto com testemunhas e advogados, a que, daí em diante, têm o direito de recorrer, etc.

Mau grado as limitações que, anos depois o famoso jurista Pascoal de Melo Freire assaca à Inquisição pombalina e à mentalidade dos inquisidores, a renovação de 1774 passa por ser «uma das mais importantes» levadas a cabo pelo marquês.

De acordo com as normas que orientam o Santo Ofício depois daquela reforma, ele não persegue cristãos-novos para actuar, de forma evidente e sentida pelo público, contra os ímpios, contra os heréticos da filosofia e contra os mações, cujos pecados de opinião,

pensamento e compromisso sapam os alicerces do regime absoluto, ou seja o trono e o altar¹.

Disso mesmo nos apercebemos através de uma funda sondagem (em 380 processos inquisitoriais, num total de cerca de 2 000, relativos aos anos de 1777-1807) que pessoalmente efectuamos nos arquivos das Inquisições de Lisboa e de Coimbra, guardados na Torre do Tombo, em ordem a verificar se o que se conhecia àcerca de nomes sonantes da «ilustração» condizia com aquilo que na generalidade dos documentos estava registado.

Nos termos dessa sondagem sobre 18% do material possível, composto por processos propriamente ditos, sumários e denúncias, importa vincar, de princípio, alguns tópicos:

1 — Excluídos os processos contra a maçonaria — que de resto, não é expressamente condenada pelo Regimento de 1774, ao contrário do sigilismo — a maioria das demandas referentes a ímpios e heréticos é protagonizada por pessoas que residem na província.

2 — Na detecção dos conteúdos há que investigar, quer os processos assim chamados, quer os *sumários* e as *denúncias*, ou seja as peças que têm este nome.

Se os processos guardam dados significativos ao longo dos procedimentos que os caracterizam, os sumários encerram substanciosos e fidedignos testemunhos, cheios de interesse, como acontece, por exemplo, com o sumário que precedeu a célebre devassa de Valença em 1777. As denúncias, mesmo quando falsas ou arquivadas sem mais, revelam pistas sobre ideias e perspectivas, pois se não as conhece o denunciado, sabe-as, de alguma maneira, o denunciante, facto que comprova a difusão dos conteúdo em causa no país.

3 — Depois do activismo que caracteriza a sua actividade no início do reinado de D. Maria e das diligências posteriores que visam pedreiros livres, a Inquisição preocupa-se pouco com o teor das denúncias àcerca de ímpios e heréticos, inclusivé se o que é

¹ Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *Sob o signo das «luzes»*, Lisboa, 1988, pp. 41-50.

enunciado reveste gravidade. Casos raros, em que há processo e condenação, culminam com aplicação de penas pouco expressivas.

4 — Ainda quando traduzem de forma grosseira pensamentos ou observações pontuais de «filósofos», ímpios ou simples «desabusados», isto para usar o vocabulário de Pina Manique, os depoimentos e os testemunhos àcerca de outrém exprimem rebeldia ou insubmissão, capacidade de livre exame ou de tolerância, como ainda, em certos casos, pendor racionalista². Ora a rebeldia intelectual pode preludiar a rebeldia política e a assunção da racionalidade pelos revolucionários contrapõe-se ao acatamento da tradição própria das monarquias tradicionais, como veremos.

Em Portugal, nos fins de setecentos, os casos mais salientes de insubmissão de pensamento face à ortodoxia derivam, em regra, menos da criatividade pessoal e mais de contactos com a literatura das «luzes», cuja mensagem corrói nuns casos, enfraquece noutros, as concepções dominantes àcerca do absolutismo católico, ou seja àcerca do trono aliado à religião dogmática implementada. Conhecemos, assim, casos de leitores individuais das fontes de ilustração e conhecemos o caso de indivíduos integrados em cenáculos e tertúlias que funcionaram em diversos pontos do país. Mas há ainda os que através de panfletos, ou então por via oral, adquirem um pequeno corpo de opiniões claramente heterodoxas. *Aqui, trataremos apenas da irreligião e dos heréticos de filosofia detectados na província por inquisidores e denunciantes, sem aludir ao que averiguamos sobre a Côrte e sobre o meio universitário.*

Historiadores da literatura, como Teófilo Braga e Hernâni Cidade, romancistas como Aquilino Ribeiro, apresentaram já quadros sugestivos e balanços críticos alicerçados em abundante documentação sobre o ambiente mental em Coimbra e em Lisboa, partindo de pesquisas àcerca de José Anastácio da Cunha, Filinto Elísio, Bocage, D. Leonor de Almeida, por exemplo. Pela nossa parte, em estudos anteriores, vincamos que, sob o governo de D. Maria I, pela intensidade das leituras, interesses dos componentes, teor dos conceitos debatidos, natureza das fontes utilizadas, possuem inegável alcance o núcleo de soldados e estudantes

² Estas observações resultam de uma pesquisa iniciada quando da elaboração do nosso estudo, *Introdução à História do Liberalismo em Portugal — 1777-1807*, dissertação dactilografada de licenciatura), Lisboa, 1961.

ilustrados de Valença do Minho, os núcleos de Coimbra, projectores de viva contestação estudantil; os de Lisboa, com relevo para os heterodoxos da Casa do Risco da Ribeira das Naus e para o liderado por José Bonifácio de Andrade e Silva; o de Lamego, onde pontificou um certo professor Agostinho José Freire, que não é o ministro liberal.

Só que funcionaram outros cenáculos menos pesquisados e há um bom número de casos individuais, dispersos pela geografia nacional, agrupáveis, ou não, segundo o teor e a densidade das proposições que defendem.

Dos núcleos provincianos, fora de Coimbra, o mais importante floresceu, na década setecentista de setenta, na praça de *Valença do Minho*, onde estava aquartelado o Regimento de Artilharia do Porto. Vários militares estrangeiros e alguns jovens particularmente brilhantes integravam as suas fileiras, frequentando estes a Aula Real de Artilharia que na fortaleza existia. Aí, nas horas de ócio e de serviço rotineiro, os portugueses mais novos conviveram com soldados estrangeiros dados à cultura e presos ao cosmopolitismo das «luzes», cuja produção literária facultaram aos estudantes daquela arma. Valença tornou-se assim um foco intelectual e um veio transmissor do ideário europeu da ilustração no ambiente cultural português pelas razões e nos termos que vamos referir, em síntese.

No informal cenáculo a que nos reportamos, avulta, em fase inicial, o tenente de artilharia José Anastácio da Cunha, que, depois da reforma universitária de 1772, Pombal promoveu a lente de Geometria em Coimbra. Em época posterior, que agora interessa, pelos anos de 1775-1778, reavivou-se o referido núcleo por obra dos militares estrangeiros residentes em Valença e da codícia intelectual de um grupo de artilheiros jovens aí assistentes. Era, deveras, um conjunto de espírito aberto e irreverente, desejoso de conhecer o movimento cultural e as ideias científicas, literárias e filosóficas propugnadas pela ilustração, isto é, pelo movimento que assinala o «triunfo do racionalismo e do espírito crítico, coroando a evolução intelectual da época moderna».

A esse núcleo pertenceram, além de outros, os futuros lentes de matemática, soldado João Manuel de Abreu e cabo Manuel do Espírito Santo Limpo; os cadetes Henrique Leitão de Sousa e José Barreto e os antigos companheiros de José Anastácio da Cunha, soldado José de Sousa e tenente José Leandro Miliani da Cruz.

Entre os estrangeiros de confissão católica avultaram o sargento-mor Miguel Kinselak, oriundo de Bruxelas e o provençal Aleixo Vachi, que a Inquisição considerou o «chefe desta seita», isto é, o mentor do núcleo ilustrado de Valença.

Duma maneira geral, os militares lusos tomaram conhecimento da literatura das «luzes» socorrendo-se de volumes existentes na livraria do brigadeiro escocês Diogo Ferrier, comandante da fortaleza e professor da Aula Real de Artilharia que aí funcionava. Os livros chegavam às mãos dos jovens alistados por empréstimo, quer do criado estrangeiro de Ferrier, de nome Vilar, quer do cirurgião-mor castrense, Aleixo Vachi, a quem também incumbia dar lições de francês aos membros da guarnição. De facto, para efeitos de compreensão de idiomas estranhos os militares beneficiaram das aulas de francês e de inglês que recebiam a fim de penetrar nas obras de balística e arte da guerra³.

Houve, assim, quem lesse as *Cartas Persas* de Montesquieu, o *Emílio* e a *Nova Heloisa* de Jean Jacques Rousseau, as *Cartas Chinesas* do marquês d'Argens, e as *Instituições Políticas* do barão Bielefeld, obras diversas de Helvécio, Frederico II, Guarini, Pope e abundante literatura da pena de Voltaire, como o *Cândido*, as *Cartas Inglesas*, o *Dicionário Filosófico*, *Miscelâneas*, recolhas de Cartas, peças de teatro e poemas.

Referindo-se, em síntese, às obras que conhecera na praça forte e ao espírito que o animava, um dos membros do núcleo de Valença retratou-se, deste modo, face aos inquisidores:

«Não segui o erro de algum heresiarca, mas os erros de muitos, que escolhi fiado na... razão, sem atender, como devia, que a minha razão é de Deus, que é só quem pode iluminá-la, conservá-la e aperfeiçoá-la... Pela leitura do infernal marquês d'Argens no *Espia Chinês*, pela leitura da *Heloisa* de Rousseau e finalmente pela de Voltaire, tendo concorrido também a das *Cartas Persanas*, atribuídas a Montesquieu e a célebre passagem de Guarini, no *Pastor Fido*, e a conversação de pessoas sujeitas à mesma enfermidade de espírito, me sucedeu o mal que agora detesto»⁴.

³ Cf. cit. *Introdução à História do liberalismo em Portugal*, pp. 204/228 e *Sob o signo das «luzes»*, pp. 118-141.

⁴ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «*Inquisição de Coimbra*», Processo 7 265 (2a. Parte, 1789), fol. 2.

A par destes autores, muito prezados na guarnição, igual apreço mereciam as traduções e as composições poéticas de José Anastácio da Cunha, as quais eram recitadas com frequência pelos seus antigos camaradas de armas.

Em todas essas obras, que o «Rol dos livros defesos do Reino», em regra, proibia ou proibiu, perpassa a filosofia das «luzes» nos seus excessos e nas suas variantes, nos seus aspectos críticos e, raramente, nos seus aspectos criadores, filosofia, que, por via da leitura, avassalou a mente dos militares portugueses, inculcando-lhes o culto da razão.

Depois, esses jovens discutiram informalmente o teor dos livros entre si e ainda com oficiais estrangeiros, acabando por quedar admirativos frente à novidade defendida pelos filósofos, amiúde bem contrária a muito do que então se ensinava e acreditava em Portugal. Em tais confabulações entravam, às vezes, estudantes universitários que ferriam em Valença e, bem assim, clérigos e civis das redondezas, por exemplo, o professor régio de latim em Ponte de Lima e o cónego João Angelo Patinho, de Santiago.

Aos filhos dum país devoto e clerical onde, a par da superstição e da credence fácil, primavam as observâncias ortodoxas em primeira mão ulceradas pelo regalismo, o que seduzia ou espantava nos filósofos eram, porventura, as críticas contra a doutrina, o culto, as instituições e as pessoas eclesiásticas, principalmente regulares, e também os ataques à moral cristã que envolviam permissões hedonistas⁵. Baseados na confissão exarada por um oficial de artilharia, assíduo leitor de Voltaire, os inquisidores relatam que *«ele pela comunicação e familiar trato que por muitos anos tem com os hereges protestantes e libertinos, oficiais e chefe do seu regimento, se deixou arrastar até indiferentismo tal em matéria de religião que na sua presença admitia toda e qualquer conversação por mais ímpia que fosse. Que chegou a confirmar com palavras de aprovação muitos dos sentimentos opostos às irrefragáveis verdades da mesma religião. Que leu por livros proibidos em muitas ocasiões, muitas passagens ímpias, libertinas, erróneas..., parecendo-lhe que esta santa religião não será só a verdadeira, mas que qualquer se podia salvar naquela em que vivesse e que fielmente observasse. Que*

⁵ Ver nota 3.

*Deus não seria tão justiceiro que castigasse os maus com penas eternas. Que todas as religiões eram fundadas por homens. Que a Bíblia era falsa e composta por cristãos para fazerem valer a sua lei. Que não havia inferno e purgatório...*⁶

Em tal meio, notória e especial aceitação alcançava o incisivo combate dos pensadores das «luzes» contra o cruel e anacrónico tribunal da Inquisição.

Os soldados com preocupações científicas, esses anotavam discrepâncias entre notas escriturísticas e revelações da ciência patentes na nova literatura. Por exemplo, João Manuel de Abreu, que veio a ser insigne matemático e lente da Academia Real da Marinha, deixou-se atrair pelas doutrinas científicas expostas por Voltaire. Afirma que «*havendo lido em um dos volumes das obras de Voltaire, o sistema de Voltaire fundado no de Copernico, que a terra se movia e o Sol estava, contra o texto da Escritura...*»⁷, discutira a questão para mostrar erudição. Em interrogatório posterior, os inquisidores perguntaram-lhe que interesse tinham em explicar «*o sistema de Newton, aprendido em Voltaire, se sabia que ele se repugnava com a Escritura, e que um como outro autores são hereges*». Respondeu «*que não tivera outro interesse mais do que mostrar a beleza daquele pensamento de Newton*»⁸, diálogo que, em simultâneo revela o espírito ignorante e rotineiro dos inquisidores e a mente permeável às verdades científicas de Abreu.

Não raro, durante as suas conversas, os jovens militares e seus amigos aludiam ao primado da razão e cumulavam a filosofia natural. Uns afirmavam-se deístas, outros diziam-se ateus, enquanto louvavam os filósofos e propunham a tolerância em rima com camaradas de armas estrangeiros, no número dos quais figuravam maçãs da loja existente em Valença. É exacto que entre os ouvintes portugueses dos militares existia quem, em defesa da religião católica, os contrariasse. Em determinadas ocasiões, por virtude da educação cristã recebida até os heterodoxos mais afoitos duvidavam do ideário dos filósofos, a despeito da sua nomeada na república das letras. Certo, porém, era o número dos que, nas casernas ou nos meios civis e eclesiásticos, ouvia com

⁶ Ver nota 3.

⁷ Cf. A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Processo 8.076.

⁸ *Ibidem*, fols, 18-19.

curiosidade as máximas das «luzes», salientando-se, entre todos, um núcleo de estudantes de Coimbra que depois foi, não só grande propagandista dos credos ilustrados na Universidade, mas também elo de ligação entre os que em Valença, na cidade do Mondego e em Lisboa se interessaram pela cultura ilustrada⁹.

Integravam esse núcleo o valenciano José Maria Teixeira, quintanista de Cânones, o escolar de Leis Pereira de Araújo e ainda Jerónimo Francisco Lobo, condiscípulo lisboeta de Teixeira, que na residência deste passara as férias de Verão de 1776. Lobo há-de explicar deste modo a sua posição intelectual no Santo Ofício:

«...não devo esquecer-me de dizer que eu tenho algumas vezes louvado a Voltaire, a Rousseau, e ao Rei da Prússia, Frederico II, a Mirabeau e a outros ímpios da mesma qualidade». Demais, considerava «falsos os verdadeiros dogmas da... religião; e por verdade somente» as afirmações dos filósofos e «as caprichosas máximas da minha cega razão, querendo só achar nesta o seguro caminho da verdade, ainda quando, então mesmo, conhecia que achava nos meus princípios uma total oposição»¹⁰. Por sua vez, o activista José Maria Teixeira, em ordem a lançar as temáticas do iluminismo e iniciar no filosofismo ateu outros colegas de estudo, usava uma tática simples: consistia em falar de propósito, ante a pessoa a catequizar, de tudo o que ocorria tendente a destruir a religião, para assim provocar uma situação polémica que lhe permitia exercer a sua capacidade proselitica. O mais das vezes, porém, a iniciação à ideologia das «luzes» ocorria no curso de conversas normais, conversas que, um dia, conduziram a uma trágica meta, ou seja, à abertura de um processo inquisitorial contra os membros de cenáculo de Valença do Minho.

Por torpe denúncia dum estudante medroso, formulada ante o comissário do Santo Ofício em Braga, Doutor Manuel Calvo Mondragão, a heterodoxia dos militares da fortaleza de Valença e dos escolares a eles directa ou indirectamente ligados chegou ao conhecimento daquele tribunal. A Inquisição, depois de efectuar uma devassa secreta em Valença, perseguiu-os e condenou-os, levando a auto de fé, em Outubro de 1778, os principais membros

⁹ Ver nota 3.

¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Denúncia 8.087.

do grupo, enquanto, aos menos importantes, aplicou somente penas leves.

Como penitenciado célebre ficou o lente de Geometria José Anastácio da Cunha que acabou por ser envolvido no processo contra os seus amigos de Valença¹¹. No termos das averiguações, a Inquisição chamou aos artilheiros da fortaleza de Valença «*impíos e libertinos, hereges, afastados da fé*», porquanto defendiam doutrinas deístas ou ateias, na sequência — aponta-se noutra peça — de «*funestíssimas leituras*»¹², entre os quais avultavam as de Voltaire.

Socialmente, os personagens de que agora nos ocupamos pertenciam à pequena e média burguesia e à nobreza provinciana. Na história do tempo, sobressaíram por interpretarem, com maior ou menor nitidez, uma tendência crítica de vanguarda no mundo ensimesmado que os cercava e ainda por configurarem uma atitude de irrecusável significação política ao afirmarem-se, às vezes de modo grosseiro, contestatários, tolerantes e racionalistas, sob a égide dos «filósofos». Ora, no seu livro *L'Ancien Régime et la Révolution*, René Rémond assevera que o espírito revolucionário do final de setecentos se traduz por uma idêntica vontade de racionalismo, que assume a forma inversa do respeito pela tradição característico do Antigo Regime. Daí, ao lado da expressividade cultural, o significado político do criticismo heterodoxo dos soldados e estudantes de Valença. Daí o rápido e enfático processo levado a cabo pelos inquisidores num tempo que o Santo Ofício, secularizado por Pombal, mais não era do que um instrumento da Coroa.

Bem diferente do núcleo de Valença, alimentado pela literatura das «luzes», tragicamente abafada pelo poder inquisitorial, foi o modesto conventículo de *Lamego*, que chegou ao conhecimento do filosofismo irreligioso, e logo subversivo, através de panfletos manuscritos. Dele temos notícias através de um processo em cuja base está uma petição ao promotor apresentada voluntariamente pelo deísta arrependido Padre António Inácio da Silva, de Quintela, naquele bispado. O sacerdote em causa confessa, em 1805, que, na

¹¹ Ver nota 3.

¹² Cf. Biblioteca Nacional de Coimbra, *Fundo Geral*, Manuscrito 8.042, fls. 44 e sgs.

viragem do século, aprovou e «seguiu o horroroso sistema da irreligião» em que apenas se admitia «existência de Deus como autor da natureza e negava todos os mistérios e verdades que se contêm na Sagrada Escritura e a Igreja Católica propõe, seguindo e admitindo todos os erros e absurdos que resultavam de tão erróneo princípio e comunicando os seus com várias pessoas».

Indivíduo de costumes soltos, Inácio da Silva admitiu que se deixara seduzir pela doutrina em questão para poder faltar, sem remorso, aos bons costumes e ao voto de castidade. Os seus companheiros de tertúlia, não sabemos se por idênticos motivos presos às mesmas concepções, eram os padres Alexandre José Frias, de Quintela da Lapa, Joaquim Pereira da Silva, de Mondim, João de Bretiande, e Nuno Rua, como ainda Agostinho José Freire, natural de Leiria e professor de gramática na Vila de Lapa, todos do bispado de Lamego.

No Santo Ofício, quiseram saber de que livros proibidos se socorria para formar o seu pensamento. Respondeu o Padre Inácio «que ele não tinha lição, nem lera livros proibidos, nem tratara com hereges em pontos de religião, unicamente lera uns folhetos escritos em letra de mão, que não tinham autor, mas eram perniciosos e continham as mesmas doutrinas que ele declarante seguiu e confirmou no erro em que estava». Cedera-lhe tais papéis o professor Agostinho José Freire¹³.

O processo agora mencionado tem interesse porque dá conta de asserções semelhantes a algumas que os militares de Valença tiraram de obras críticas dos «filósofos», porque traduz uma opção deísta cuja causa próxima não seria filosófica mas hedonista, porque nos elucida sobre a forma panfletária como era difundida a irreligião, talvez porque deixa transparecer uma preparação eclesiástica frágil, capaz de ceder ao primeiro aceno permissivo.

De facto, no caso agora mencionado, os costumes soltos, intelectualmente justificados, levaram Inácio da Silva à Inquisição. Num outro caso, um sacerdote teve aborrecimentos em virtude do seu desamor e das suas críticas a práticas religiosas tradicionais que ele entendia carecidas de conteúdo teológico sólido. Assim, o padre em questão, Vito Venâncio Mayer, de vila de Erra, foi advertido no Santo Ofício, em 1796, visto que considerava dispen-

¹³ A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Processo 15.310, «Apresentação».

sável, já a recepção da caravana da bula da cruzada com repique de sinos, já que na «*mão de moribundo se meta vela*». Ora estas posições não resultavam apenas de reflexão pessoal. Segundo a Inquisição, o Padre Mayer usara livros proibidos, ficando dos interrogatórios a ideia de que neles bebera as asserções que provocaram a sua admoestação pelos inquisidores¹⁴.

Notícias mais precisas sobre a circulação de obras proibidas no país vêm a lume em fontes de variada proveniência, através de meios que um dia estudamos, e também em documentação inquisitorial mais elucidativa do que a respeitante aos padres Inácio da Silva e Vito Mayer. Por exemplo, o bacharel Modesto António Mayer, de Santarém, testemunha, descuidadamente, que lera um tomo das *Cartas* de Rousseau e um estudo filosófico de Voltaire¹⁵, enquanto João Pereira Coutinho de Vilhena, de Vila do Conde¹⁶, se diz leitor de Rousseau e Voltaire, via livros que lhe emprestara D. Luís de Sousa, de Braga. À sua conta, em Ponta Delgada, o mercador Julião António Tomasini tivera acesso a Voltaire e propagara opiniões do «filósofo» que punham em causa práticas e mistérios da religião¹⁷.

Ecoss voltarianos análogos, detectamos em vários processos e denúncias que envolvem gente de muitas regiões, presa a opiniões que os inquisidores dizem «ímpias e heréticas», posto que expressas declarativamente, sem suporte reflexivo capaz, ou fonte livresca conhecida, anote-se. Esses comentários versam sobre a virgindade de Maria, a inexistência do inferno, a mortalidade da alma, a ineficácia e desnecessidade das bulas da cruzada e também, já o dissemos, acerca dos mistérios e sacramentos da Igreja, pontos, todos eles, combatidos por literatos das «luzes», não se esqueça. Há, do mesmo modo, quem se afirme ateu e quem garanta que os santos não passavam de bocados de pau. Como acontecia em Valença, em Coimbra e em Lisboa, evocando fontes ilustradas, variadíssimos são os que propugnam que a «*fornicação simples não é pecado*» e os que em nome delas se eximem ao preceito dominical e aos jejuns. Nas denúncias são disferidas severas

¹⁴ A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Sumário 403.

¹⁵ A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Denúncia 13.687.

¹⁶ A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Denúncia 17.155.

críticas contra a Inquisição (que o jurista e inquisidor Melo Freire dizia à Rainha ser a instituição «mais detestada de todas as gentes») e — como em muito boa e abundante literatura — críticas a um ou outro aspecto da vida religiosa. Certo denunciado, de Torres Vedras, esse proclama (como alguns ilustrados diziam) que a religião apenas ajudava os governantes a bem reger os povos¹⁸.

Sobre o inferno aparecem reflexões curiosas. António Marques, hospitaleiro do hospital da Lourinhã, acredita, segundo toska denúncia, que no inferno «*não havia pena de sentido,... (nem) tormento algum mais que não ver a Deus*», enquanto o Doutor João Pais de Lima Castelo Branco, da Guarda, reflectira, com bondade, ante quem, escandalizado, o argue frente aos inquisidores, «*que era impossível que Deus Nosso Senhor tivesse reservado para (os) seu filhos um lugar de tanto horror como diziam era o Inferno*»¹⁹.

No aviso do Comissário da Inquisição, Calvo Mondragão, claramente desregrado e ímpio mostra-se, em 1780, um abade minhoto, doutor em Cânones e antigo comensal dos militares de Valença. O sacerdote em causa, de seu nome José Álvares de Mourão, pastoreava a freguesia de Santiago de Carreiras, não longe de Braga. Para ele o inferno «*era uma cousa pintada somente para intimidar a gente*», os «*santos*» tal como a Virgem, não rogavam nem intercediam por ninguém, os milagres que se lhe atribuíam eram falsos, errava quem os julgava do Padre Francisco de Assis ou do Padre Domingos de Gusmão. Demais, não se devia dar esmolas pelos santos, pela Virgem ou pelas almas e se era de recusar a bula da Cruzada, também a fornicção simples não constituía pecado. Para mais, anos antes, em Valença, costumava comer carne com os militares ingleses, na Quaresma.

Apesar de diversas investidas do comissário contra o abade Mourão, jamais se conseguiu prova capaz de o incriminar através de depoimentos de amigos e paroquianos²⁰. Menos sorte com o tribunal da fé teve outro graduado universitário, o doutor em Medicina Manuel Pereira da Graça, natural e morador em Macinhata do Vouga. Foi denunciado pelos frades de Sever do

¹⁸ Cf. cit. *Introdução à História do Liberalismo em Portugal*, pp. 278-279.

¹⁹ *Ibidem*, p. 270.

²⁰ Cf. A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Processo 9.741.

Vouga, com os quais, soube-se depois, se envolvera em «dissensões e rixas». Conseguiu passar ileso na Inquisição de Coimbra, mas veio a ser condenado a pena leve pelos senhores do Conselho Geral lisbonense. O seu processo não é vulgar. Interessa por se situar na fronteira entre a heterodoxia religiosa e a heterodoxia política. Provavelmente, além de criticar assuntos que tinham a ver com a Igreja e de emitir uma ou outra opinião menos ortodoxa, a Revolução Francesa mereceu-lhe simpatia, aspecto que os seus denunciante assinalam e que ele refuta.

Indivíduo viajado, o Doutor Graça conhecia centros importantes da Europa e de Portugal; *«fora dele, esclătrecceu, correu, de passagem as principais terras da França e da Espanha, onde se demorou cinco ou seis meses, de onde voltou para Lisboa e daí para Coimbra a continuar os seus estudos...»*.

De uma maneira geral, quando ouvido no S.anto Ofício, explica habilmente os pontos de vista que enuncia ou sobre os quais foi questionado. Nesta ordem de ideias, discutira com os frades para os experimentar, mostrando-se empenhado no progresso social e, por isso mesmo, crítico em relação ao Portugal de então, nomeadamente a propósito do clero e das crenças. Verberara o *«excessivo número de eclesiásticos»* por o reputar nocivo à religião e à nação, a quem faltavam homens para a *«milícia, a agricultura e outras artes com que florescem»* os Estados; observara que os pobres careciam mais de esmolas que os frades medicantes por ser maior que a sua indigência; criticara o tempo que as mulheres do campo perdiam em devoções e confissões no convento de Sever em vez de cuidarem da terra. A propósito de uma festa de homenagem a S. Sebastião por ter posto fim a uma epidemia, defendera já a não existência do milagre, pois a epidemia acabara por si, já que era preferível aplicar o dinheiro gasto em fogo e gaiteiros no socorro aos pobres e aos necessitados.

Finalmente, entre as declarações manifestamente *«maldosas»* com que pusera à prova os religiosos de Sever figurara a seguinte: aos crentes *«bastava confessarem a Deus os pecados e pedir-lhe perdão»*.

Mas o Doutor Graça vai mais longe, e aborda assuntos da actualidade política. Assim, porque espalhava que as doutrinas da Revolução eram *«boas»* perguntaram-lhe, na Inquisição, se se mostrara *«muito»* apaixonado pelo sistema francês. Replicou que admirava sobretudo, a *«religiosidade daqueles povos e (que) estava*

grato pelo modo como o tinham acolhido». Não seguia, diz, o grupo parisiense dos que atacavam a religião, integrado pelos «*poucos indivíduos que compunham o ministério*», os quais não traduziam os «*sentimentos gerais da nação*», sentimentos que auscultara quando da sua visita a França, pouco antes da referida Revolução. E faz notar aos inquisidores que, pessoalmente, preferia as opiniões regalistas frequentemente escutadas na Universidade²¹, o que, porventura, não correspondia à verdade, porquanto o seu denunciante disse que ele considerava boas as doutrinas adoptadas em França.

Ímpios e ao mesmo tempo revolucionários e mações são, fora de dúvida, vários cidadãos do Porto que Pina Manique mandou perseguir no fim do século XVIII, alguns dos quais passaram para o foro inquisitorial. Além de exaltarem a política convencional, os jacobinos em causa falavam dos mistérios da religião, na Rainha, e no Príncipe «*em ridículo e com desprezo*».

Em concreto, alguns pertenciam a um cenáculo de gente «*ilustrada*» que reunia no salão do corregedor Francisco de Almada e Mendonça, magistrado que o Intendente Manique chegou a admoestar por não se mostrar suficientemente activo nas diligências repressivas. Curiosamente, um ou outro membro desse salão figurará entre os *afrancesados* que, mais tarde, apoiará as tropas napoleónicas durante as guerras peninsulares ou reaparece nas alas progressistas das cortes do liberalismo²².

Mas voltemos às fontes inquisitoriais e aos casos de heterodoxia a que nos reportamos para os situar geográfica e socialmente. Os ímpios e heréticos constantes da documentação inquisitorial, atrás nomeados, envolvem gente não só de Vila Chã, Macinhata do Vouga e Lourinhã, mas também de Lamego, Santarém, Guarda, Braga, Aveiro, Pinhel, Vila Real, Torres Vedras, Fundão, Vila do Conde, Peniche, Braga, Vila de Maiorca, Cartaxo, Trancoso, Alendroal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, nos Açores. Em ordem a reforçar a dispersão dos focos, poderíamos ainda citar outros lugares referidos nos processos que visam estudantes de Coimbra e

²¹ Cf. A.N.T.T., *Inquisição de Coimbra*, Processo 7.7.70, fls. 62-63, 71-72.

²² Cf. Luis de Oliveira Ramos, *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, Porto, 1980, Cap. II, pp. 17-44.

militares de Valença, além de pessoas cuja morada se situava na Côrte ou próximo dela.

Quanto à raiz social dos visados, sabemos o seguinte: padres, professores, proprietários, lavradores, merceeiros, bombeiros, alfaiates, mercadores, indivíduos doutorados, estudantes e militares, a par de pessoas sem ocupação discriminada, figuram, uma ou mais vezes, no rol das profissões consignadas em processos, sumários e, particularmente, em denúncias arquivadas pelo Santo Ofício, configurando aquilo a que Dominguez Ortiz chama uma mediocracia.

No concernente a temas, salvo no caso do Doutor Manuel Pereira da Graça, a análise das fontes põe-nos em contacto, fundamentalmente, com questões religiosas. Os inquisidores não se ocupam, em regra, dos aspectos políticos que pertencem a outro foro.

Finalmente, em matéria de produtividade, o Santo Ofício recebe denúncias a que quase nunca dá seguimento. Em casos raros, combate os ímpios e os heréticos, cuidando especialmente da maçonaria.

Não obstante a brandura prevalecente, expressa na falta de atenção a denúncias graves e na ligeireza das penas aplicadas, é incontroverso que, no atinente à fé, ia grassando uma certa heterodoxia. Alimenta-a a filosofia das «luzes», cujos tópicos menores correm sem que se lhes conheça a paternidade ou a raiz, de tal modo se confundem com a crítica simples.

De facto, o livre exame e os exercícios valorativos são perceptíveis já entre as pessoas cultas, já em camadas da população estranha aos focos da cultura ilustrada. As discussões mais elaboradas têm lugar entre intelectuais e nas tertúlias académicas de Coimbra. O nível desce nos círculos castrenses, varia conforme os intervenientes, assume formas incipientes e grosseiras em vários pontos do país. Nos lugares melhor apetrechados, lêem-se livros ou nacos de livros em folhas volantes. Em Lamego usam-se folhetos manuscritos, alhures, repete-se o que se ouviu para produzir ataques que podem, ou não, ter algo a ver com o criticismo heterodoxo da ilustração. Mesmo entre os que as «luzes» marcam, o grosso dos espíritos não possui ainda a disciplina mental, o genuíno engodo pela razão e pela mudança que em terreno social e económico favorável condicionará as grandes transformações.

A rebeldia é de pensamento e tem muito a ver com os problemas religiosos que quotidianamente envolvem as populações.

A revisão crítica, a adopção da tolerância e do respeito pela opinião alheia, aliada à formulação de alternativas e ao gosto pelo progresso constituem sinais de liberdade, põe em causa a prevalência cega da tradição e das dogmáticas próprias da aliança entre o trono e o altar. Para mais da contestação no âmbito religioso alguns passam à crítica ao trono e à formulação de alternativas políticas sob a égide da razão. Uns quedam-se nos limites do reformismo monárquico, outros partem rumo ao liberalismo que assim fica à mercê de uma minoria criativa, ousada, esclarecida.